

Por Antonio Penteado Mendonça

É inacreditável, mas mais uma vez o Brasil entra na temporada das grandes tempestades de verão sem ter qualquer plano mais consistente para enfrentar diretamente os eventos que se abaterão sobre o território nacional e sem um plano emergencial que minimize as perdas decorrentes deles.

Em outras palavras, o que aconteceu no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, pode se repetir em qualquer parte do país, com as mesmas mazelas e sequelas que custaram mais de cem bilhões de reais em prejuízos de todas as naturezas.

Não há um projeto nacional para enfrentar catástrofes deste tipo, sejam chuvas torrenciais, vendavais, granizo ou, na outra ponta, secas devastadoras. Os eventos se materializarão, causarão perdas bilionárias e nós seguiremos atuando no depois, na recuperação, em vez de tomar medidas preventivas para evitar ou minimizar os danos.

As seguradoras têm um projeto de seguro emergencial para este tipo de situação. Não é um seguro para repor patrimônios perdidos, é um seguro para garantir às vítimas um mínimo necessário para sua subsistência, no dia seguinte ao cataclisma.

A ideia é uma importância segurada de dez mil reais a ser paga por pix diretamente na conta de todos os moradores da área atingida. Seria uma maneira de disponibilizar rapidamente recursos para atender às necessidades básicas das pessoas diretamente afetadas.

Não há dúvida, o brasileiro é um povo solidário. A quantidade de doações encaminhadas ao Rio Grande do Sul comprova isso. Mas essas doações precisam ser despachadas, catalogadas, separadas e depois encaminhadas aos pontos de distribuição. Isso leva tempo e não há nenhuma certeza de que pessoas em tal local precisam de leite ou água, enquanto as em outras localidades necessitam roupas. Até este levantamento ser feito leva tempo e as pessoas atingidas pela devastação precisam socorro imediatamente. Mais do que isso, são elas que sabem quais suas necessidades mais imediatas.

Alguns precisam roupas, outros combustível, outros alimentos e assim sucessivamente, com cada família tendo uma necessidade eventualmente diferente da dos outros.

Um pagamento feito por pix diretamente na conta de todos os moradores de uma área atingida, resolveria o problema da urgência e, além disso, permitiria que as próprias vítimas escolhessem o indispensável para elas, naquele momento.

A cobrança do seguro seria um valor muito baixo, na casa dos três reais por mês, debitados automaticamente em todas as contas de energia elétrica emitidas no país. Isso quer dizer que na prática determinadas regiões pagariam mais e outras menos do que o necessário, mas este é o princípio básico do mutualismo, pelo qual os prejuízos de alguns são suportados por todos.

No estágio atual de desenvolvimento tecnológico das seguradoras brasileiras a gestão de uma ação desta natureza seria perfeitamente factível. E, através dela, milhares de famílias teriam acesso praticamente imediato aos recursos necessários para tomarem as primeiras providências para sua sobrevivência.

Infelizmente, vamos entrar em 2026 sem nada parecido com isso. O triste é que quem vai pagar a conta, mais uma vez, serão as vítimas.

Fonte: [SindSeg SP](#), em 31.10.2025.